



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

Curso de Graduação em Administração a distância

DANIEL DA SILVA TROMBINI

**POLÍTICAS EM GESTÃO AMBIENTAL E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO TJDFT: a
percepção do público relacionado ao Serviço de
Distribuição e Redistribuição de Brasília**

Brasília – DF

2011

DANIEL DA SILVA TROMBINI

**POLÍTICAS EM GESTÃO AMBIENTAL E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO TJDFT: a
percepção do público relacionado ao Serviço de
Distribuição e Redistribuição de Brasília**

Monografia apresentada à Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Professora Orientadora: Doutora Fabrícia Faleiros Pimenta

Brasília – DF

2011

Trombini, Daniel da Silva.

POLÍTICAS EM GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO TJDFT: a percepção do público relacionado ao Serviço de Distribuição e Redistribuição de Brasília / Daniel da Silva Trombini. – Brasília, 2011.

65 f. : il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração – EaD, 2011.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fabrícia Faleiros Pimenta, Departamento de Administração.

1. Gestão Ambiental. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. I. Título.

DANIEL DA SILVA TROMBINI

**POLÍTICAS EM GESTÃO AMBIENTAL E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO TJDFT: a
percepção do público relacionado ao Serviço de
Distribuição e Redistribuição de Brasília**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do aluno

Daniel da Silva Trombini

Prof^a. Dr^a. Fabrícia Faleiros Pimenta
Professora-Orientadora

Prof. Dr. Cláudio Tadeu Cardoso Fernandes
Professor-Examinador

Brasília (DF), 09 de abril de 2011.

Dedico o presente trabalho aos meus amados pais, Sérgio e Valéria, e minha amada irmã, Raquel, que tanto me apoiam e incentivam ao longo dessa trajetória chamada “vida”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de algum modo contribuíram para a realização desse trabalho, sobretudo aos colegas do TJDFT, que me auxiliaram bastante na coleta de dados.

Agradeço também à Olaia, companheira de muitos momentos, que torce abundantemente pelo nosso sucesso.

“Ambiente limpo não é o que mais se limpa e sim o que menos se suja.”

Chico Xavier

RESUMO

O panorama da discussão em torno da responsabilidade socioambiental perante órgãos da administração pública direta vem crescendo constantemente, como forma de dar uma resposta satisfatória à sociedade pelos prejuízos ambientais constantemente causados. Esse debate deve incluir tanto a alta cúpula do Estado quanto os agentes administrativos e a sociedade como um todo que participam desse processo de mudança em relação à questão ambiental. Para isso, esse estudo analisou a percepção do público interno e externo de um setor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) quanto às políticas em gestão ambiental e desenvolvimento sustentável adotadas por esse órgão. A pesquisa foi mista, pois trabalhou dados quali-quantitativos obtidos pela aplicação de um questionário, bem como por meio de informações obtidas junto a pesquisas documentais e bibliográficas. Foi notório que ambos os públicos, com pequenas divergências pontuais, apoiam as práticas ambientais realizadas pelo TJDFT e acreditam que elas devem ser ainda mais aprofundadas, como forma de servir de exemplo a outras entidades e contribuir para a preservação do planeta. Quanto ao *modus operandi* das políticas ambientais do tribunal, não se verificou a existência de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) propriamente dito, mas somente ações isoladas que refletem um SGA em desenvolvimento, além de uma preocupação social corporativa e um planejamento estratégico social em ascensão.

Palavras-chave: Gestão Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa estratégico do TJDFT	34
Figura 2 – Gasto <i>per capita</i> com energia elétrica.....	36
Figura 3 – Caneca ecológica do TJDFT	37
Figura 4 – Coletores de material reciclável	38
Figura 5 – Peças digitais da campanha	41
Figura 6 – <i>Banner</i> no TJDFT.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Classificação dos respondentes em público interno e público externo...44	44
Gráfico 2 – Divisão dos sexos pelos públicos interno e externo.....44	44
Gráfico 3 – Distribuição dos respondentes por faixa etária45	45
Gráfico 4 – Ordenamento do grau de conhecimento sobre a temática ambiental pelos respondentes em perspectiva comparada46	46
Gráfico 5 – Formas de divulgação e percepção do(s) programa(s) do TJDFT pelos respondentes47	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percepção das ações socioambientais do TJDFT pelo público interno...49	49
Tabela 2 – Percepção das ações socioambientais do TJDFT pelo público externo..49	49
Tabela 3 – Percepção dos benefícios a serem alcançados pelo TJDFT53	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMMAD – Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DJ-e – Diário de Justiça eletrônico

EaD – Educação a Distância

SGA – Sistema de Gestão Ambiental

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Formulação do problema.....	16
1.2	Objetivo Geral.....	166
1.3	Objetivos Específicos	166
1.4	Justificativa	167
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental.....	21
2.2	Planejamento estratégico social.....	24
2.3	Responsabilidade social corporativa	25
2.4	Sistema de Gestão Ambiental	26
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	28
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa	28
3.2	Caracterização da organização e do setor de atuação	29
3.3	Participantes do estudo	30
3.4	Caracterização dos instrumentos de pesquisa	30
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	31
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
4.1	Projetos e ações do TJDFT	33
4.1.1	Projetos de Redução do Consumo de Combustíveis Fósseis Poluentes e de Reforma do Posto de Abastecimento da Frota de Veículos do TJDFT	35
4.1.2	Projetos de Monitoramento de Energia Elétrica e de Instalação de Interruptores nos Fóruns	36
4.1.3	Projeto de Redução do Impacto Ambiental Causado pela Utilização de Bens de Consumo.....	37
4.1.4	Projeto de Reaproveitamento dos Resíduos Recicláveis do TJDFT	38
4.1.5	Projeto de Edificação de Prédio Sustentável.....	39

4.1.6	Projeto de Divulgação do Programa Viver Direito	40
4.1.7	Projetos de Virtualização dos Processos e Procedimentos Judiciais e Administrativos	41
4.2	Percepção dos Públicos Interno e Externo do Serviço de Distribuição do TJDFT	43
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	56
	REFERÊNCIAS	59
	ANEXO	62

1 INTRODUÇÃO

Bens como a água são de propriedade comum e – embora não excludentes, têm se tornado cada vez mais rivais¹ sob a ótica econômica. Logo, à medida que alguns agentes os utilizam mais que outros, há a tendência de escassez, bem como o início de conflitos sobre a utilização destes bens.

É notório que o planeta está necessitando cada vez mais de cuidados, já que o consumo desenfreado tem crescido em uma curva ascendente e, junto dele e de forma inversa, os recursos naturais não renováveis tendem a se esgotar, os quais em muitos casos são bens de uso comum, gerando uma dificuldade ainda maior na aplicação de mecanismos de controle por parte do Estado-administração para coibir o exaurimento desses bens. Sob essa realidade, Barbieri (2006, p. 24) afirma que

a partir de meados do século passado, porém, que de fato se intensificou a preocupação a respeito desse tema [desenvolvimento e crescimento econômico], tendo como cenário uma degradação ambiental sem precedentes e a permanência de enormes disparidades em termos de qualidade de vida entre os países [...], apesar de terem experimentado intenso crescimento econômico ao longo de décadas.

Exemplo clássico de excesso de consumismo na atualidade consiste em normalmente se deslocar um automóvel de duas toneladas para movimentar um corpo de setenta quilos para postar no correio uma carta de vinte gramas, em uma distância de dois quilômetros. E, paralelamente a esse panorama, tem-se o alto grau de desperdício de recursos materiais tanto nas esferas privadas quanto públicas, como a utilização descontrolada de papéis e água, bem como o descaso com as coletas seletivas de lixo.

Neste cenário, as temáticas de desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e gestão ambiental têm sido alvos frequentes de preocupações na ótica das entidades privadas no Brasil e no mundo. E, além das mudanças organizacionais de ordem administrativa, têm sido elaboradas também aquelas de amplitude estratégica, já que se têm percebido a importância e a relevância que a sociedade tem destacado para esse assunto.

¹ O conceito de “rivalidade” é muito bem definido por Mankiw (2005, p. 224) como “a propriedade de um bem segundo a qual sua utilização por uma pessoa impede outras pessoas de utilizá-lo”.

Em geral, as atividades produtivas ou de prestação de serviços buscam atingir objetivos pretendidos, alcançar metas estabelecidas e obter resultados satisfatórios. Nesse sentido, em Administração, há o que se chama de “externalidades” como parte das consequências não previstas, podendo ser estas positivas ou negativas.

Neste trabalho, entende-se por “externalidades” o conceito empregado por Varela (2008, p. 1), a qual afirma se tratar de “falhas no sistema de mercado; ocorrem quando as atividades de produção e/ou consumo geram custos (ou benefícios) que não são adequadamente contabilizados pelo mercado”.

O Estado Brasileiro, na tentativa de se adequar às novas necessidades da sociedade como um todo, passou a adotar técnicas de gestão, como os chamados SGA's (Sistemas de Gestão Ambiental), que permitem a competitividade e eficiência de suas entidades estatais, além de permitir uma preocupação por parte das entidades da administração direta e indireta com a sociedade e o meio ambiente.

Vale ressaltar que esse tipo de preocupação já era parte integrante das discussões acerca da eficiência na gestão da coisa pública e com o próprio meio ambiente desde 1988, quando foi promulgada a atual Constituição da República Federativa, que assegurou, *in verbis*:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...].

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação (BRASIL, 2010).

Destarte, deve-se aprofundar nas ações desenvolvidas por órgãos da administração direta e entidades da administração indireta, com a finalidade de se verificar se os preceitos constitucionais têm sido respeitados, bem como a que grau de amplitude eles são aplicados dentro das organizações.

Nesse sentido, escolheu-se por objeto de estudo o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, órgão da administração direta, vinculado ao Poder Judiciário Federal, que tem apresentado significativa expansão na atuação da atividade jurisdicional, o que demanda grandes cuidados com a instalação de novos fóruns – para facilitar o acesso do jurisdicionado à justiça – bem como a preocupação com o bem-estar da sociedade e com o meio ambiente.

1.1 Formulação do problema

Considerando a importância da temática ambiental e o exposto até o momento, o presente trabalho tem por objetivo responder à seguinte questão: **qual a percepção dos públicos interno e externo relacionados ao Serviço de Distribuição e Redistribuição de Brasília sobre as políticas em gestão ambiental e desenvolvimento sustentável aplicadas pelo TJDFT?**

1.2 Objetivo Geral

O objetivo geral do presente trabalho foi identificar a percepção dos públicos interno e externo relacionados ao Serviço de Distribuição e Redistribuição de Brasília sobre as políticas em gestão ambiental e desenvolvimento sustentável aplicadas pelo TJDFT.

1.3 Objetivos Específicos

Na tentativa de responder o problema exposto e alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos a serem atingidos com esta pesquisa foram:

- Identificar quais as políticas em gestão ambiental e desenvolvimento sustentável têm sido aplicadas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios;

- Descrever a percepção que os servidores e estagiários (público interno) do Serviço de Distribuição possuíam a respeito das políticas em gestão ambiental e desenvolvimento sustentável adotadas pelo TJDFT;
- Expor a percepção que o público externo atendido pelo Serviço de Distribuição e Redistribuição de Brasília possuía a respeito das políticas em gestão ambiental e desenvolvimento sustentável adotadas pelo TJDFT.

1.4 Justificativa

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, além de cumprir suas metas institucionais no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e à gestão ambiental de seus recursos, deve trabalhar a divulgação de suas ações como forma de incentivar seus magistrados e servidores a participarem de forma ativa dessas campanhas e de perceber se os jurisdicionados e advogados estão satisfeitos com as ações realizadas.

O Serviço de Distribuição e Redistribuição de Processos é o setor responsável pela entrada das petições iniciais no TJDFT, para o qual advogados e jurisdicionados se dirigem para distribuir uma demanda a um dos juízos competentes, tornando-se assim o primeiro meio de acesso à justiça local.

Nesse sentido, a importância deste trabalho recai no fato de que se entende que conceitos ligados à justiça social, biodiversidade, direitos humanos e desenvolvimento devem constantemente ser repensados, pois o discurso global no tocante à defesa de um “desenvolvimento sustentável” tem colocado o fator “natureza” como uma variável a ser administrada e controlada, como forma de atingir o máximo de desenvolvimento tanto no campo econômico quanto no financeiro.

Em conferências como a “Rio+10”, realizada em 2002, que abordam a relação entre o meio ambiente e o crescimento econômico, as discussões realizadas permitem notar que há um agravamento das devastações ambientais, graças à deterioração dos recursos naturais de forma incontrolável (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

Porém, a inserção de ideias na sociedade sobre uma chamada “consciência ambiental” tem propiciado relativa preocupação por parte de clientes, consumidores

e usuários dos serviços públicos e privados no gerenciamento de recursos e o seu adequado aproveitamento, reciclagem e descarte.

Dessa forma, houve um constante crescimento na implementação de programas e soluções por parte da administração pública para a satisfação desses anseios sociais, relacionados à proteção e preservação do meio ambiente. Parte desse avanço pôde ser verificada pela publicação da Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, órgão de caráter administrativo do Poder Judiciário da União, o qual estabeleceu que:

Art 1º Fica instituído o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, consolidado no Plano Estratégico Nacional constante do anexo I desta Resolução, sintetizado nos seguintes componentes:

III – Atributos de Valor do Judiciário para a Sociedade:

h) **responsabilidade Social e Ambiental**; (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2011, grifo nosso).

Pelo exposto, observa-se que a preservação e a proteção ao meio ambiente têm sido foco de atuação dos administradores públicos. Como o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios faz parte da Administração Direta – assim como do Poder Judiciário da União –, a presente pesquisa se tornou relevante para estimar se os advogados, jurisdicionados e demais pessoas atendidas pelo Serviço de Distribuição e Redistribuição do TJDF, além de seus servidores e estagiários, estão a par das ações realizadas pelo órgão, bem como se essas ações estão em grau satisfatório ou não, em suas respectivas visões, podendo os resultados da presente pesquisa servirem de subsídio para futuros estudos na área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O homem sempre utilizou os recursos naturais do planeta e gerou resíduos com pequeno nível de preocupação no que se relaciona às consequências dessas ações, justamente porque os recursos existiam em larga escala e o ser humano os utilizava apenas para sua subsistência, fazendo com que a natureza aceitasse sem reclamar os despejos realizados.

Com o advento de novos paradigmas e o próprio progresso da sociedade, o ser humano passou a exaurir ainda mais os haveres existentes em períodos de tempo ainda menores, principalmente a partir do período conhecido como Revolução Industrial, que se iniciou na Inglaterra no século XVIII e alcançou o orbe em pouco tempo.

Como forma de se adaptar a essa nova realidade industrializada, houve o surgimento de um novo conceito a ser trabalhado pelos organismos internacionais, sobretudo como meio de encontrar possíveis respostas satisfatórias ao planeta: o chamado “desenvolvimento sustentável”. Historicamente, a expressão “desenvolvimento” esteve atrelada à ideia de transformação das estruturas produtivas para torná-las mais eficazes e eficientes, gerando mais riqueza. Talvez por essa razão essa expressão seja usualmente relacionada a progresso técnico, industrialização e modernização de estruturas.

Contudo, cumpre destacar que a preocupação ambiental passou a fazer parte do cotidiano e o conceito de “desenvolvimento sustentável” apareceu pela primeira vez em 1987, no documento da Organização das Nações Unidas intitulado “Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum” como sendo aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades (SILVA, 2009).

O próprio Relatório Brundtland (p. 10), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, defende que a expressão “desenvolvimento sustentável” não é

um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras.

A partir desses conceitos iniciais, diversos autores² têm tentando aperfeiçoar o seu significado, precisando com mais detalhes os aspectos que lhes parecem mais necessários na formulação, mas sempre deixando alguma variável³ significativa aquém de sua essencialidade. Em suma, pode-se ratificar que – independentemente do conceito e autor adotados – o desenvolvimento sustentável se baseia no seguinte tripé: ecologicamente equilibrado, socialmente justo e economicamente viável.

O grande problema está em uma possível hierarquia existente entre os elementos integrantes dessa trílice, a qual faz refletir sobre o real impacto que aquilo que se chama de “economicamente viável” é capaz de satisfazer ou não aos anseios de acionistas e empresários, em detrimento de algo “ecológico e equilibrado”. Em Economia, têm-se como preceitos a maximização das oportunidades e minimização das externalidades e custos, para se alcançar o máximo de lucratividade. Então, até que ponto pode ser vantajoso um equilíbrio entre esses três alicerces?

Pelas leituras realizadas, nota-se uma dicotomia na literatura econômico-ambiental, na qual se percebe claramente uma posição contrária à essência de políticas em gestão ambiental e desenvolvimento sustentável a serem aplicadas por empresas e entidades governamentais, afirmando que se trata de mera utopia e um verdadeiro entrave ao desenvolvimento econômico.

Em outra posição argumentativa, defende-se a existência dessa preocupação socioambiental, sendo inclusive possível que tais políticas nos negócios possam ser mais vantajosas também no âmbito econômico, ganhando – mediante essa linha de atuação – tanto o Estado, como a sociedade e o meio ambiente.

² Barbieri (2006, p. 27) define desenvolvimento sustentável como “um modo de pensar o desenvolvimento em termos econômicos, sociais, culturais e políticos como um direito de todos os seres humanos”; já Moura (2008, p. 6) entende que seria “admitir a utilização dos recursos naturais de que temos necessidade hoje, para permitir uma boa qualidade de vida, porém sem comprometermos a utilização desses mesmos recursos pelas gerações futuras”.

³ Para Sachs (2008), as cinco variáveis que balizam o conceito de desenvolvimento sustentável são: social, ambiental (nas dimensões de ambiente provedor de recursos e também de recipiente para disposição de resíduos), territorial (relativo à difusão espacial dos recursos, das populações e das atividades), econômico e político (cujo valor instrumento necessário para se realizarem atividades é a governança democrática).

2.1 Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental

Os trabalhos baseados no discurso de desenvolvimento sustentável apresentam a crise ambiental como conjunto de “problemas ambientais” com que a humanidade se defronta ao ameaçar os limites da biosfera. Porém, a ideia de que o ser humano se defronta com os limites ecológicos à sua existência não passa de uma abstração vazia de sentido, já que a atividade humana de transformação da natureza só pode se efetivar pela mediação de relações de produção determinadas, específicas, que regulam a quantidade e qualidade dos impactos que a atividade humana exerce sobre a natureza, justamente por condicionar a forma e os fins com que os homens organizam sua produção material e seu intercâmbio com a natureza (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005, p. 31).

Trabalhos centrados na noção de desenvolvimento sustentável costumam apresentar extensas listas de processos físico-bióticos que enumeram como “problemas ambientais” – dentre eles a destruição da camada de ozônio, o efeito estufa, a contaminação de lençóis freáticos, o desmatamento, a extinção da fauna e da flora – e afirmam que o caráter problemático desses processos adviria do fato de colocarem em risco a existência da vida na Terra, e, portanto, a sobrevivência da própria humanidade.

Contrapondo esse entendimento, Zhouri, Laschefski e Pereira (2005, p. 32) defendem que

[...] ao assumirem os pressupostos da ideologia do desenvolvimento sustentável, os trabalhos nela ancorados estão, já na partida, inexoravelmente incapacitados precisamente para discutir “o que” se desenvolve e, portanto, se “isso” que se desenvolve pode fazê-lo sem destruir as condições naturais. E é por estarem impedidos de empreender uma discussão desse tipo que tais trabalhos supõem ser possível e desejável reorientar politicamente o “desenvolvimento” (capitalista) de forma a torná-lo ecologicamente sustentável e socialmente igualitário.

Logo, a lógica da acumulação de riqueza abstrata inscreve-se na própria materialidade das tecnologias presentes, que são intrinsecamente antiecológicas. O próprio uso do automóvel é exemplo prático. Na sociedade contemporânea, seu uso é praticamente obrigatório e já há uma cultura capitalista de incentivo às vendas que permitem aos consumidores dilatarem prazos em prol de benesses por períodos

curtos. Nesse momento, as alternativas menos agressivas (ao meio ambiente) de locomoção são ignoradas em prol da satisfação individualista do ser humano, mesmo com os discursos de altos níveis de poluentes lançados na atmosfera, advindos do uso contínuo de combustíveis fósseis.

Destarte, há uma contradição estrutural em que, de um lado, a reprodução social orientada para o aumento máximo do volume de mercadorias e serviços (que refletirão no crescimento da riqueza abstrata agregada) e, de outro, a consideração das qualidades e origens de elementos, seres, condições e processos naturais da biosfera que se prestam a outros usos sociais.

Para Kurz (1997b apud ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005), o moderno sistema produtor de mercadorias assume, desde a sua emergência no ventre do capitalismo, a forma de um “campo” movido pela contínua tensão entre seus dois pólos constitutivos, a saber, Estado e mercado, os quais se negam e se complementam reciprocamente, gerando a dinâmica da “economicização” do mundo, isto é, a subordinação virtualmente total da reprodução social ao imperativo da acumulação da riqueza abstrata.

E, nesse liame, pode-se compreender porque as tentativas de efetivar o controle e o direcionamento político da economia global, ocorridas principalmente nas conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas, estão sempre longe de produzir sequer a diminuição do ritmo de deterioração dos recursos naturais do planeta.

A ideia de gestão ambiental com base em um desenvolvimento sustentável advoga a necessidade de o capitalismo inquirir a diminuição das desigualdades sociais e de acesso aos “recursos” naturais. Só que se faz necessário definir o que está sendo desenvolvido, se é o lado econômico-financeiro ou a perspectiva socioambiental, já que se denota que a supracitada forma de administração dos recursos de produção sistematicamente produz a desigualdade ecológica entre países.

Tal concepção é vislumbrada na mundialização da economia, em que a distribuição da degradação ambiental é sempre em sentido centrífugo: dos países centrais para os periféricos. E a lógica desse sistema desigual se coaduna com as necessidades econômicas dos países pobres do Sul, que por necessitarem ampliar o saldo de suas balanças comerciais em curto prazo (para obter um *superávit* primário e pagar os juros da dívida pública), possuem mão de obra e recursos

naturais mais baratos e disponíveis, além da pouca regulamentação legal e fiscalizatória, permitem a abertura de suas economias ao capital estrangeiro, dando reinício a esse ciclo exploratório e sem fim.

Como reforça Martoni (2006) apud Mesquita (2006, p. 88),

Prejuízos podem ser causados desde que indenizações sejam a forma de reparação. Ou seja, se a produção de um produto ou a exploração de determinada área causar prejuízos a terceiros, estes podem ser aceitos desde que haja uma compensação monetária pelos danos, chegando-se a um ponto ótimo. Analise-se os custos e os benefícios.

Bem como Rodrigues (2003, p. 32) apud Martoni (2006, p. 10) o faz, quando afirma que

É necessário [...] rever o conceito de desenvolvimento sustentável, cujos princípios norteadores são: eficiência econômica, conservação da natureza, princípios éticos que culminariam na justiça social e na equidade em se tratando de população anfitriã. Gostaria de receber informações de apenas um empreendimento onde estes paradigmas estão sendo respeitados.

Observando-se essas perspectivas, a questão ambiental opera uma nova dimensão de valor, na qual a sustentabilidade e equidade socioambiental surgem de uma mesma lógica derivada do desenvolvimento contraditório e paradoxal da economia de acumulação de riquezas.

Entretanto, outra vertente, totalmente antagônica com a referenciada anteriormente, reforça o entendimento de que há uma nova concepção na tribo global, em que – mesmo sob aspectos econômicos – seria viável a implementação de políticas ambientais que dessem retornos sociais e ao mesmo tempo financeiros, tanto na esfera privada quanto na pública.

Estudos que defendem um crescimento sustentável passaram a surgir principalmente a partir da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1987, quando se passou a alertar sobre a necessidade de repensar conceitos e estratégias que possibilitassem um desenvolvimento adequado, inclusive sob o ponto de vista ambiental (GUEVARA et al., 2009).

Assim, aos poucos, está se enraizando a ideia geral de que nenhuma entidade pode limitar-se a maximizar lucros, pois toda iniciativa que gera impactos sociais e ambientais tem de responder aos interesses da sociedade como um todo,

deixando inclusive de considerar essas áreas como externalidades negativas, mas como um fator intrínseco da atividade econômica. O essencial, então, é constatar que não basta uma empresa desenvolver hábitos sociais para exorbitar a sua imagem: deve ser o próprio *core bussiness*, o negócio da empresa, que deve ser desenvolvido de maneira responsável (GUEVARA et al., 2009).

Essa discussão é ainda mais radical para Moura (2008, p. 57-58), que afirma que qualquer entidade

[...] somente irá sobreviver se ela não agredir a sociedade (representada pela comunidade de entorno, órgãos ambientais, mídia, ONGs), com a poluição do ar, o comprometimento de recursos hídricos e descarte de resíduos sólidos de forma não permitida e fabricação de produtos agressivos ao meio ambiente. Cada vez mais, aumentam as exigências da sociedade quanto à sua qualidade de vida, muito influenciada pela qualidade ambiental.

Nota-se, destarte, que de fato não há consenso sobre a real importância e viabilidade quanto à implementação de políticas ambientais por partes de entidades públicas ou privadas. Há interesses, principalmente econômicos e financeiros, que ainda influenciam a opinião pública, não se permitindo o estabelecimento de entendimentos uniformes sobre essa temática.

2.2 Planejamento estratégico social

O planejamento estratégico pode ser entendido como um processo cujo objetivo consiste em proporcionar sustentação metodológica estabelecendo uma melhor direção a ser seguida pela empresa. Além disso, de forma mais genérica, pode-se afirmar que o planejamento é a mais fundamental das atividades administrativas, uma vez que envolve a seleção dentre as maneiras alternativas de agir (OLIVEIRA, D., 2008; KOONTZ; O'DONNELL, 1974).

Alguns autores que trabalham com planejamento, dentre eles Lorange e Vancil (apud OLIVEIRA, D., 2008), avaliam que não existe uma metodologia universal para planejamento estratégico, porque as empresas diferem em tamanho, em tipos de operações, em forma de organização, em filosofia e estilo administrativo, portanto, pretende-se neste planejamento utilizar as mais atuais e difundidas técnicas de planejamento.

Buscando entrelaçar o planejamento estratégico em si com a temática ambiental, Fischer (2002 apud GUEVARA et al., 2009) defende que, nos processos de gestão empresariais atuais, a discussão do conceito de responsabilidade socioambiental passa a residir no planejamento da implementação das ações inerentes ao negócio, pois a atuação social da empresa deve refletir os valores subjacentes às estratégias da organização.

Logo, o sucesso do planejamento estratégico social de uma entidade está na eficácia dos projetos em atingir os reais objetivos e na relação existente entre empresas, fornecedores e consumidores, demonstrando à sociedade os valores sociais e ambientais das entidades envolvidas, como forma de conquistar a confiança e a preferência da última classe supramencionada.

2.3 Responsabilidade social corporativa

Por responsabilidade social pode-se entender a ação que busca incorporar valores éticos ao processo de decisões nos negócios, assim como cumprir a legislação e respeitar as pessoas, as comunidades e o meio ambiente. Quando divulga, de forma eficiente, os princípios adotados e as suas práticas socialmente responsáveis, a empresa pode alcançar um aumento da competitividade e contribuir para a construção de uma sociedade melhor (MASIERO, 2007).

Ainda que a temática da responsabilidade social corporativa seja grande, não se pode ignorar o papel da ética ambiental na implementação de políticas sociais. Tal campo da ética está estritamente preocupado com a conduta dos indivíduos responsáveis no que diz respeito a paisagens naturais, recursos e organismos não humanos. E, assim, as decisões de negócios que pautam os valores éticos devem conter o estímulo necessário ao desempenho que exceda as expectativas legais e comerciais das empresas e o respeito a pessoas, comunidade e meio ambiente (GUEVARA et al., 2009).

Segundo Fischer (2002 apud GUEVARA et al., 2009), o cenário complexo e contraditório da denominada globalização econômica, em que as empresas detêm grande poder de manipulação das forças de mercado, mas são também extremamente vulneráveis às mudanças de comportamento social, tornou-se

propício ao ressurgimento da proposta de exercício da responsabilidade social por parte das empresas privadas.

Nesse sentido, muitas organizações têm levado em consideração os danos sociais e ambientais na implantação de novos processos produtivos, já que se tornou uma questão de estratégia, sob determinado ponto de vista, o valor das ações e dos programas socioambientais já institucionalizados, que podem alavancar a perspectiva de vendas, por exemplo.

2.4 Sistema de Gestão Ambiental

Um dos mecanismos implementados pelas organizações como forma de se adequarem a determinados padrões ambientais é por meio de sistemas de gestão ambiental. Entretanto, a definição de sistema de gestão ambiental e a gestão ambiental propriamente dita podem suscitar confusão, em termos conceituais, na literatura sobre o tema. Gestão ambiental pode ser considerada uma empresa que possui o departamento que cuida das questões ambientais, mas age de forma reativa. Já uma empresa com o SGA seria uma organização onde encontraríamos uma postura proativa em relação às políticas ambientais, tendo o conceito muito bem difundido ao longo de toda a organização, ou seja, ações de prevenção já ligadas à própria cultura da companhia (MOREIRA, 2001 apud CASTRO, 2009).

Para Barbieri (2009) apud Ribeiro (2010, p. 17), conceito de gestão ambiental é definido da seguinte forma

Os termos administração, gestão do meio ambiente, ou simplesmente gestão ambiental serão [...] entendidos como as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, tais como, planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, quer reduzindo ou eliminando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, quer evitando que eles surjam.

Quanto aos objetivos em se adotar uma estratégia ou outra – investir em um SGA propriamente dito ou simplesmente adotar uma política em gestão ambiental –, Moura (2008) defende que a decisão sobre a necessidade, ou não, de implantação de um SGA deve ser feita analisando-se se isto vai atender ou não a uma “necessidade de seus clientes” e avaliando-se de que forma esse sistema irá

colaborar para auxiliar no cumprimento da legislação ambiental, sabendo-se – de plano – que a implantação de um SGA geralmente é considerada uma das melhores formas para se obter melhorias de desempenho ambiental em uma organização.

Assim, nota-se que os conceitos e discussões acerca do planejamento estratégico social, da responsabilidade social corporativa e do próprio sistema de gestão ambiental estão inerentes às novas responsabilidades atribuídas a empresas e órgãos públicos, como forma de aprimorarem suas práticas socioambientais e propiciarem um retorno adequado à sociedade.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Marconi e Lakatos (2007, p. 83) definem método como “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

A presente pesquisa teve como métodos de procedimento o clínico e o estatístico, por permitirem uma grande mobilidade nas áreas qualitativas e quantitativas, respectivamente. Demonstra-se, destarte, que se trata de uma pesquisa mista.

Além disso, é possível afirmar que se trata de uma pesquisa descritiva, pois é a modalidade que procura conhecer a realidade estudada, suas características e problemas, e sob exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade. (TRIVIÑOS, 1987 apud ZANELLA, 2006).

A pesquisa foi realizada com base em dois tipos de documentação, explicitadas a seguir:

- documentação indireta
 - uma pesquisa documental realizada nos arquivos públicos do TJDFT, o qual possui uma biblioteca própria, na qual são disponibilizadas obras relativas ao próprio tribunal, além do seu sítio na internet e intranet e fontes obtidas de setores específicos do TJDFT;
 - uma pesquisa bibliográfica sobre parcela de referenciais teóricos existentes, obtidos tanto na biblioteca de um centro universitário particular do Distrito Federal, quanto na do próprio TJDFT;
- documentação direta
 - extensiva, por meio de questionário elaborado pelo pesquisador com base em documentos observados, em papel reciclado e disponibilizado aos servidores, advogados e jurisdicionados e demais pessoas atendidas pelo setor.

3.2 Caracterização da organização e do setor de atuação

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios foi criado graças à ideia da mudança da capital do Brasil, proposto em 1789, por Tiradentes. Na época, a intenção era de se transferi-la para a Vila de São João Del Rei, em Minas Gerais. Após diversos debates, a interiorização da capital foi tida como peça-chave nessa mudança de sede, que só culminou no Governo do presidente Juscelino Kubitschek, que depois de eleito e em viagem ao Planalto Central, em 18 de abril de 1956, assinou, na cidade de Anápolis, a mensagem encaminhada ao Congresso Nacional, propondo medidas para mudança da capital da república (TJDFT, [2006?]).

A efetivação de tal transferência se deu em 21 de abril de 1960, com o respaldo da Lei 3273/57 e do Projeto de Lei 1514/60, de iniciativa do Poder Executivo, que dispunha sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal em Brasília, transformado mediante votação pelo Senado Federal na Lei 3754/60.⁴

O Tribunal de Justiça, com sede no Distrito Federal, é composto de 35 desembargadores e exerce sua jurisdição no Distrito Federal e nos Territórios⁵. A administração superior é composta pelo Presidente, Vice-Presidente e Corregedor, cuja duração de seus mandatos é sempre de dois anos, sendo vedada a recondução.

Com a expansão das atividades judiciárias e da própria população do Distrito Federal, que anseia pelo acesso à justiça – preceito assegurado no artigo 35, XXXV, da Constituição da República de 1988 –, houve a criação de novas circunscrições judiciárias, no total de treze delas na atualidade, cujas competências são reguladas pela Lei de Organização Judiciária do DF, sob número de Lei 11.697/08.

Para se ter ideia da magnitude dessa estrutura, o TJDFT conta, atualmente, com mais de cinco mil agentes públicos, dentre magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviços que auxiliam na atividade jurisdicional.

Dentre os muitos setores que trabalham diretamente com a área fim do tribunal, que é aquela que atua diretamente nos processos judiciais e não somente

⁴ Ibidem.

⁵ Território, conforme preceitua Lenza (2009, p. 319), é “mera descentralização administrativo-territorial da União, qual seja, uma autarquia que, conforme expressamente previsto no art. 18, § 2º [da Constituição da República de 1988], integra a União”. Deve-se destacar que atualmente não existem Territórios no Brasil.

com trâmites burocrático-administrativos, optou-se por atuar junto ao Serviço de Distribuição e Redistribuição de Brasília, área responsável por receber as petições iniciais e dar prosseguimento à tarefa da prestação jurisdicional, encaminhando aos juízos competentes a apreciação dos feitos processuais.

O Serviço de Distribuição e Redistribuição de Brasília localiza-se no andar térreo do bloco B do Fórum Milton Sebastião Barbosa, na Praça Municipal, lote 01, em Brasília.

A escolha do supracitado setor se deve ao fato dele ser o acesso inicial de advogados e jurisdicionados para terem suas lides discutidas em juízo, além de coadunar com a visão do TJDFT até o fim de 2010, que consiste em

[...] vir a ser reconhecida pela sociedade do Distrito Federal e dos Territórios como uma instituição de excelência na prestação de seus serviços, por meio da atuação de profissionais capacitados e valorizados, da gestão estratégica, **de processos de trabalho eficientes e de tecnologias inovadoras** (TJDFT, [2008?], p. 10, grifo nosso).

3.3 Participantes do estudo

Os participantes selecionados para esse estudo foram os servidores e estagiários do Serviço de Distribuição e Redistribuição da Circunscrição Judiciária de Brasília, bem como os advogados, estagiários de escritórios de advocacia e outras pessoas atendidas por este setor.

3.4 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

O instrumento de pesquisa consistiu em um questionário que, por se tratar de uma investigação que envolve seres humanos, conteve – de início – um termo de consentimento para ser ratificado ou não pelo respondente. Seu objetivo consiste em facilitar uma tomada de decisão justa e livre de qualquer constrangimento a respeito da participação dos investigados pela pesquisa, além de ser uma proteção legal para o investigador e para o participante. A introdução do questionário também

informou os objetivos da pesquisa e para qual finalidade seriam utilizados aqueles dados.

Segundo a classificação adotada por Marconi e Lakatos (2007, p. 206-208), foram incluídas perguntas de estimação – que “consistem em emitir um julgamento através de uma escala com vários graus de intensidade para um mesmo item” – perguntas dicotômicas, que “são aquelas que o informante escolhe sua resposta entre duas opções”, perguntas de múltipla escolha e uma única questão aberta, como forma de explorar de forma variada as percepções dos pesquisados.

A primeira parte do questionário buscou traçar o perfil do respondente, com perguntas acerca de idade, sexo, naturalidade, estado civil e, por fim, uma das três categorias elencadas, sendo elas: “servidores e estagiários do cartório de distribuição do TJDFT”, “advogados e jurisdicionados” e “outros”, que acabou por englobar policiais civis e servidores de outros órgãos, como a Defensoria Pública e a Procuradoria do Distrito Federal.

A segunda parte do questionário abordou o índice de conhecimento dos respondentes acerca da temática “gestão ambiental e desenvolvimento sustentável”, a forma como eles teriam ou não conhecido os programas e projetos do órgão na área, além de aferir o grau de importância que eles davam a cada uma das ações implantadas pelo TJDFT por meio de seus programas e projetos no âmbito da temática socioambiental. Esse grau de importância foi medido por meio da Escala Likert de 5 (cinco) pontos, com extremos de 1 (um) para “sem importância” e de 5 (cinco) para “muito importante”. Uma vantagem dessa escala, segundo Oliveira, T. (2001, p. 16), é que “[...] ela fornece direções sobre a atitude do responde em relação a cada afirmação, sendo ela positiva ou negativa”.

Por fim, inseriu-se uma questão aberta de temática livre, para que o respondente pudesse expor seus comentários sobre o assunto, caso entendesse viável e necessário.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

A coleta de dados ocorreu entre os dias 31 de janeiro e 9 de fevereiro de 2011, das doze às dezenove horas, que consiste no período de funcionamento do

tribunal, nas dependências do próprio Serviço de Distribuição e Redistribuição de Brasília. A abordagem dos respondentes foi realizada pelo próprio pesquisador, que explanou os objetivos da pesquisa e ficou presente durante o preenchimento dos questionários, como forma de solucionar possíveis dúvidas e obter a devolução de todos os questionários entregues.

Essa abordagem, que foi realizada em indivíduos que aceitaram participar voluntariamente, constitui uma pesquisa de campo que, segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 188), “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou [...] descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

No tocante ao primeiro grupo do estudo, denominado “público interno”, que consiste nos servidores e estagiários do próprio tribunal, trabalhou-se com a população – já que todos que compunham essa categoria aceitaram participar da pesquisa. Deixou-se de abordar dois estagiários e uma servidora, por motivos de férias e licença-maternidade, respectivamente.

Quanto ao segundo grupo, denominado “público externo”, que compreende os advogados, estagiários de escritórios, jurisdicionados e outras pessoas atendidas pelo setor, trabalhou-se como uma amostra não probabilística intencional, já que seria inviável o acesso a todo o grupo – tanto de advogados e estagiários de Direito, quanto de jurisdicionados – e se teve a intenção de escolher os participantes da pesquisa.

O procedimento de tabulação e análise dos dados foi realizado com o auxílio do software Microsoft Excel 2010 que, por meio da aplicação de fórmulas pré-testadas em sua programação original, possibilitou a elaboração – por este pesquisador – de tabelas, gráficos e planilhas, com base nas medidas de tendência central (média, mediana e moda), frequência absoluta e percentagem, de cada uma das questões pertencentes ao questionário utilizado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo se subdivide em dois tópicos, para tornar o entendimento e a apresentação dos dados e suas respectivas discussões mais claros ao leitor. Em um primeiro, são apresentados os resultados da pesquisa documental realizada junto à Assessoria de Comunicação Social e ao Serviço de Gestão de Projetos Institucionais, que disponibilizaram arquivos relativos a programas, projetos e ações que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios tem implementado e aqueles que devem ser realizados em breve, bem como indicaram outros suportes de informações que foram alcançados junto ao sítio do próprio TJDFT.

Posteriormente, no segundo tópico, são abordados os resultados e a discussão advindos da aplicação do questionário junto aos dois grupos de respondentes: “público interno”, composto de servidores e estagiários do Serviço de Distribuição e “público externo”, composto de advogados, estagiários de escritórios, jurisdicionados e demais pessoas atendidas pelo setor, analisando-se as particularidades das respostas e as possíveis interpretações que delas se resultaram, pelas variáveis estatísticas já mencionadas anteriormente.

4.1 Projetos e ações do TJDFT

De acordo com o Relatório de Atividades e Resultados do Biênio 2008-2010, a missão do TJDFT consiste em “proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social” (p. 9). Para melhor apresentação gráfica, é possível visualizar, na Figura 1, o mapa estratégico do período, dividido em quatro grandes frentes de trabalho:



Figura 1 – Mapa estratégico do TJDFT.
Fonte: TJDFT, [2010].

Dentre os objetivos estratégicos listados no relatório mencionado, aquele correspondente ao número 11 (Racionalizar o uso de recursos físicos, materiais e tecnológicos) é o que se relaciona diretamente à responsabilidade do tribunal com os impactos ambientais gerados em suas atividades.

A meta 11.4 estabelece que o TJDFT deve reduzir em 5% o seu impacto ambiental, cujo principal indicador é o índice de redução de consumo de água, papel, energia elétrica e combustíveis poluentes. E, com base nesse apontamento, foram relacionados os projetos envolvidos em cada uma dessas ações, apresentando-se os resultados alcançados com essas políticas.

Percebe-se, com base nesse Mapa Estratégico, que há no tribunal aquela preocupação socioambiental explanada por Fischer (2002 apud GUEVARA et al.,

2009), residindo no planejamento e na implementação das ações vinculadas ao ramo de atuação da entidade, em que a atuação social reflete os valores ligados às estratégias do órgão. Destarte, foi analisado pontualmente cada um dos projetos a seguir:

4.1.1 Projetos de Redução do Consumo de Combustíveis Fósseis Poluentes e de Reforma do Posto de Abastecimento da Frota de Veículos do TJDFT

O tribunal, visando à redução de gastos e também a preocupação com o meio ambiente, propôs-se a reduzir a emissão de poluentes na atmosfera por meio da substituição gradual da sua frota por veículos flex ou movidos a álcool, além de implementar a reforma de seu posto de combustível para se adequar às normas que regem o setor de abastecimento de combustíveis nos aspectos de segurança e impacto ambiental.

Para isso, substituíram-se cinco ônibus antigos por dois ônibus novos, além de quatro novos micro-ônibus, que possuem tecnologias mais avançadas no aspecto da poluição ambiental, além de permitirem o uso de álcool combustível, em substituição ao óleo diesel, que é extremamente mais danoso ao meio. Para se ter ideia, em 2007, para cada litro de álcool, o tribunal utilizava 11,1 litros de gasolina. Em 2008 e 2009, esses índices subiram para 2,7 e 5,8, respectivamente, demonstrando que o TJDFT tem utilizado cada vez mais álcool em substituição à gasolina (TJDFT, [2010]).

Quanto à reforma do posto de gasolina, houve – de fato – a adequação dos padrões às normas vigentes, bem como a redução do impacto ambiental no desenvolvimento de suas atividades, por meio da substituição dos antigos tanques de armazenamento de combustíveis e pela implantação de um novo sistema de lavagem de veículos, que permite o reaproveitamento da água associado a um sistema de captação de águas pluviais. Em números, isso se traduziu numa economia de 63.000 litros de água somente em outubro de 2009, em comparação com o mesmo período do ano anterior (TJDFT, [2010]).

4.1.2 Projetos de Monitoramento de Energia Elétrica e de Instalação de Interruptores nos Fóruns

Esse projeto teve por objetivo reduzir o consumo desse tipo de energia nos prédios próprios do TJDF. E, para tanto, buscou-se uma conscientização por parte dos servidores, mediante realizações de campanhas eletrônicas (via e-mail e por meio da intranet) sobre a importância de se desligarem os computadores e apagarem as luzes ao final do expediente, por meio da instalação de interruptores individuais nas salas dos fóruns, já que antes as luzes somente eram apagadas por volta das 21 horas, quando havia o desligamento do quadro geral de energia.

Além disso, o TJDF efetou um controle efetivo das faturas de energia elétrica, adquiriu equipamentos novos (que consomem menos energia) e realizou vistorias nos quadros de energia. Essas ações permitiram uma redução de energia *per capita* bem significativa, conforme demonstra a Figura 2 (TJDF, [2010]).

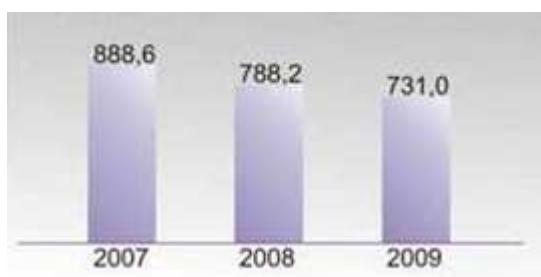


Figura 2 – Gasto *per capita* com energia elétrica.
Fonte: TJDF, [2010].

Entretanto, não ficou claro se houve uma redução do consumo de energia elétrica observando-se o todo, já que em 2008 e 2009 houve uma expansão significativa do quadro de servidores do TJDF, por meio da aprovação de um projeto de lei que reestruturou a Lei de Organização Judiciária do DF, que permitiu a construção de novos fóruns (o que demanda um maior consumo de energia elétrica) e a própria nomeação de um contingente enorme de servidores⁶.

⁶ Sugere-se uma pesquisa nessa área que investigue se o aumento do número de servidores, acompanhado de uma maior conscientização ambiental tem propiciado ao TJDF, e consequentemente à sociedade, uma economia de recursos em números totais, por meio de valores absolutos e também *per capita*, como meio comparativo.

4.1.3 Projeto de Redução do Impacto Ambiental Causado pela Utilização de Bens de Consumo

O TJDF, por meio de seus canais de comunicação, incentivou a redução do descarte de copos plásticos, incentivando seus servidores a buscarem alternativas viáveis para a preservação do meio ambiente.

Algumas das ações adotadas por esse projeto foram a distribuição das chamadas “canecas ecológicas” aos servidores (Figura 3) e a substituição do papel branco A4 pelo papel reciclado, como forma de diminuir esse impacto. A meta inicial era de se reduzir em 30% o consumo de copos plásticos de 180 ml e a substituição integral do papel branco A4 pelo reciclado. Para isso, foram distribuídas 7250 canecas aos membros, servidores e também funcionários terceirizados, além de se passar a comprar e distribuir aos setores somente o novo papel A4 reciclado (TJDFT, 2010).



Figura 3 – Caneca ecológica do TJDF.
Fonte: TJDF, [entre 2008 e 2010].

Contudo, no tocante à redução do consumo de copos plásticos, teve-se como resultado a economia na ordem de 16,33%, ou seja, cerca de 412.619 copos. Isso pode ser explicado pela inexistência de locais adequados para higienização das canecas em todas as repartições nas quais os servidores trabalham, além dessa iniciativa não ter abarcado o público externo, que também consome copos plásticos nos bebedouros disponibilizados. Quanto à substituição do papel branco, alcançou-se um índice de 94,76%, já que alguns setores rejeitaram expressamente a utilização do papel reciclado (TJDFT, 2010).

Além disso, não foi encontrado levantamento algum sobre a redução da utilização de papel, de forma geral. Houve, até então, somente uma preocupação com a substituição de um tipo por outro, com estímulos discretos na redução do consumo, como o incentivo a se imprimir nos dois lados das folhas.

4.1.4 Projeto de Reaproveitamento dos Resíduos Recicláveis do TJDFT

Tendo em vista a grande quantidade de material descartado nas dependências do órgão, o TJDFT percebeu que era possível se administrar de forma mais efetiva esses recursos, contribuindo inclusive para a redução de custos na ação de se desvencilhar desse contingente.

Na tentativa de atingir esse objetivo, o tribunal implantou um sistema de coleta seletiva de lixo, por meio da aquisição e distribuição de mais de 1200 coletores de material reciclável (Figura 4) e do envio de informes eletrônicos sobre como se efetuar o descarte adequado de materiais – esclarecendo, inclusive, o que é passível ou não de reciclagem –, como forma de promover uma mudança de comportamento nos servidores e prestadores de serviço sobre a temática ambiental (TJDFT, [2010]).



Figura 4 – Coletores de material reciclável.
Fonte: Autoria própria, 2011.

A destinação da coleta seletiva são as chamadas “gaiolas” localizadas nos blocos A, B, C e D do Fórum de Brasília. Nesse local, a Secretaria Predial do Tribunal procede à fiscalização da separação dos materiais pelas equipes de limpeza e aquilo que será destinado à reciclagem⁷.

Para o devido aproveitamento do que seria lixo, o TJDFT efetuou um convênio com a Central das Cooperativas de Catadores de Material Reciclável de

⁷ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, 2011.

Brasília – CENTCOOP-DF, que recolhem o material separado e procedem à melhor destinação dele. É notório que, além da preocupação ambiental, o órgão também está contribuindo para o aspecto social, por intermédio da inserção de novas pessoas nesse liame, que obtém o sustento de suas famílias ao participarem dessas ações.

Com o intuito de se expor a magnitude dessa ação, o tribunal doou em 2009 – por meio do encerrado Projeto de Eliminação dos Processos Judiciais Tratados pelo Projeto de Modernização de Arquivos do TJDFT – o equivalente a 371 toneladas de papéis triturados à CENTCOOP-DF, sem se considerar o que é doado regularmente pelas coletas diárias, ocorridas nas dependências do órgão (TJDFT, [2010]).

Pode-se somar às ações relativas à coleta seletiva de lixo, a coleta de pilhas e baterias realizadas pelo tribunal. Essa atividade começou em junho de 2009, com a disponibilização de locais próximos às entradas e aos elevadores dos fóruns, sempre com um dia específico no mês para esse procedimento. Essa preocupação adveio das consequências nocivas que o descarte incorreto desses materiais pode ocasionar ao meio ambiente, possibilitando um trabalho em conjunto com magistrados e servidores para conscientização coletiva e redução do impacto ambiental causado pelos seus componentes, como cádmio, zinco e chumbo. Atualmente, no Fórum de Brasília, a entrega desses itens é feita na Sala de Coleta Seletiva, que se localiza na sala 705 do Bloco A.

4.1.5 Projeto de Edificação de Prédio Sustentável

Esse projeto está vinculado diretamente à meta 11.3, estabelecida no Plano de Gestão 2008-2010 do TJDFT, que pretende “elevar em 20% o grau de satisfação dos servidores do TJDFT em relação à dimensão Suporte Organizacional mensurada em uma pesquisa de clima organizacional”. Apesar dele não pertencer à meta 11.4, que está mais relacionada ao estudo da presente pesquisa, foi notória uma vinculação semântica, pelas características da obra a ser realizada.

Tal empreendimento, também conhecido como “Fórum Verde”, será dotado de uma arquitetura ainda não observada no Poder Público nacional. E são

justamente essas características que denotaram a relevância em se destacá-las, juntamente com os demais projetos desenvolvidos pelo TJDFT.

E a sua estrutura prevê, conforme preceitua a Agenda Socioambiental do TJDFT (p. 7-8),

[...] produção de energia por células fotovoltaicas e eólicas, geradores e uma pequena usina hidroelétrica, reutilização de resíduos da construção, captação de águas pluviais e águas cinzas, menor necessidade de uso de ar-condicionado, em razão da arquitetura que terá estudo de circulação de ar e, igualmente, menor utilização de energia elétrica, em razão de estudo de aproveitamento da luminosidade natural. [...]

O TJDFT irá utilizar materiais certificados como ecologicamente corretos em todos os estágios da obra, inclusive na área de tecnologia. A vegetação do cerrado não só será preservada, como também incrementada por meio de parcerias com ONGs verdes. Os materiais a serem utilizados na construção deverão ser oriundos de regiões próximas para evitar deslocamento e a consequente emissão de poluentes (TJDFT, 2008).

O prazo estipulado pelo tribunal para a ocupação e inauguração do fórum termina ao final do mês de abril de 2011, sendo que boa parte das Varas de Fazenda Pública já começou a realizar a transferência de seus mobiliários e processos.

4.1.6 Projeto de Divulgação do Programa Viver Direito

Inicialmente, é necessário que se exponha o que o programa Viver Direito realiza. De plano, ele tem por objetivo conscientizar os agentes políticos e administrativos do órgão sobre a importância de se adotar condutas proativas que se coadunem com práticas socioambientais. Entre as ações realizadas ao longo de 2009 e 2010, deve-se destacar a implantação da coleta seletiva, o convênio com a cooperativa dos catadores de lixo e o acompanhamento da construção do novo fórum que abrigará as Varas de Fazenda Pública e de Meio Ambiente, temas já abordados na presente pesquisa.

Como esse projeto de divulgação ficou a cargo da Assessoria de Comunicação Social, foram elaboradas diversas peças de publicidade e jornalismo, como forma de divulgar essas ideias e contribuir para a formação de uma cultura de responsabilidade social e ambiental. A seguir, foram selecionadas algumas dessas

peças para conhecimento, divulgadas tanto em meio digital como em *banners* pelo fórum (Figuras 5 e 6):



Figura 5 – Peças digitais da campanha.
Fonte: TJDF, [entre 2008 e 2010].



Figura 6 – *Banner* no TJDF. Fonte: Autoria própria, 2011.

4.1.7 Projetos de Virtualização dos Processos e Procedimentos Judiciais e Administrativos

Ambos os projetos não estão relacionados ao alcance da meta 11.4, estabelecida também no Plano de Gestão 2008-2010 do TJDF, mas foram elencados por meio do Programa Viver Direito, que se constitui em um conjunto de ações permanentes para criar uma mentalidade dos membros e servidores voltada para a preocupação socioambiental. Nesses projetos, além da supracitada justificativa, é possível enxergar também uma maior celeridade nos trâmites judiciais e administrativos.

No tocante à virtualização do processo judicial, foram e continuam sendo realizadas diversas ações para fazer com que advogados e jurisdicionados tenham que comparecer o menos possível fisicamente ao fórum. Iniciou-se, na segunda instância do tribunal, o chamado Acórdão em Tempo Real, em que o sistema permite o julgamento e a publicação no Diário de Justiça Eletrônico dos acórdãos com decisões unânimes, em tempo real. Isso permitiu a assinatura digital pelo relator dos acórdãos, como forma de diminuir o manejo e a tramitação dos processos. Assim, processos que demoravam cerca de três meses para serem publicados na imprensa oficial, agora podem ser publicados em até 48 horas,

diminuindo inclusive a quantidade de cópias que eram impressas de votos e decisões (TJDFT, [2008]).

Ainda em relação aos trabalhos da segunda instância, o TJDFT ingressou no projeto do Superior Tribunal de Justiça (STJ), chamado Justiça na Era Virtual, o qual permite o envio dos processos em grau de recurso – Recurso Especial e Agravo de Instrumento no Recurso Especial – do TJDFT para o STJ, por meio de remessa eletrônica. Assim, até aqueles feitos que não estão em meio eletrônico são digitalizados por uma equipe do próprio tribunal e direcionados ao tribunal superior, promovendo a celeridade e a economia de papel e de recursos humanos (TJDFT, [2010]).

A implementação do sistema “Push”, que é um cadastramento de advogados e jurisdicionados que permite o envio dos andamentos processuais por e-mail – além de informativos de jurisprudência atualizados e notícias –, também representou outro avanço tecnológico e ambientalmente responsável, já que as pessoas não têm que se deslocar até o fórum para obter informações sobre a situação de boa parte dos processos, exceto em relação àqueles que tramitam em segredo de justiça, os quais não têm seus dados disponibilizados ao público em geral.

Além disso, estão em fase de estudo outras ações que irão agilizar ainda mais a justiça do Distrito Federal, como a possibilidade de se peticionar eletronicamente na segunda instância do tribunal e a retirada da guia de custas judiciais pela internet, o que atualmente é feito apenas diretamente nos setores de custas espalhados pelos fóruns do DF.

Quanto à virtualização dos procedimentos administrativos, foi constatado que o TJDFT implantou um sistema que permite a solicitação de licenças para tratamento de saúde, concessão, alteração e cancelamento de férias e de todos os formulários dos demais pedidos na esfera de competência da Subsecretaria de Cadastro de Pessoal por meio eletrônico – inclusive a pasta virtual (que contém todos os registros funcionais dos magistrados e servidores) –, os quais possuem certificação digital e contribuem para a economia significativa de recursos materiais, como tinta e papel.

Além disso, as folhas de pagamento passaram a ser digitais, em que servidores e magistrados não mais recebem seus contracheques em papel, mas tão somente mediante acesso com *login* e senha na intranet (TJDFT, [2008]).

Por fim, foi averiguada também a importância e o avanço que o Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e) propiciou ao tribunal, à sociedade e ao meio ambiente. Com a sua criação, o tribunal – que por obediência ao princípio da publicidade de seus atos é obrigado a divulgar seus atos e decisões por intermédio de um jornal de grande circulação – deixou de pagar para expor essas medidas em jornais privados e passou a divulgá-los no DJ-e, que é eletrônico, ou seja, pode ser acessado pelo próprio sítio do TJDFT – e gratuito, tanto para o Estado como para aqueles que o acessam diariamente.

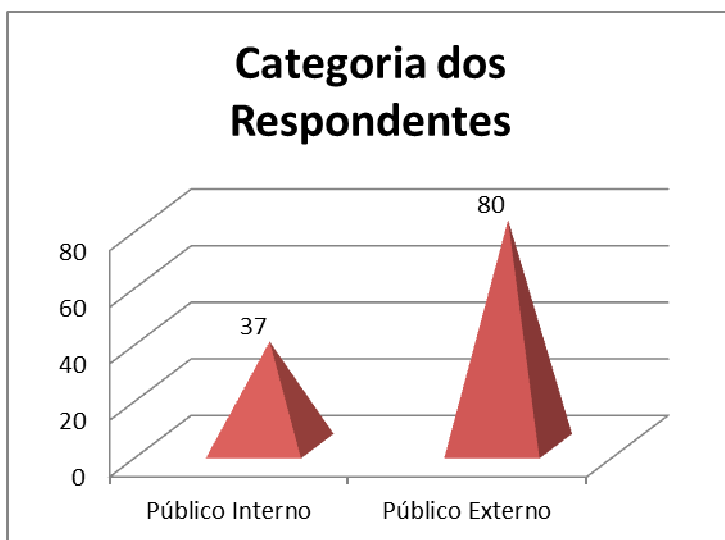
4.2 Percepção dos Públicos Interno e Externo do Serviço de Distribuição do TJDFT

Durante o período de coleta de dados, foram distribuídos 118 questionários, dentre os quais somente 01 dos respondentes, que era policial civil, se recusou a preenchê-lo, sob a afirmativa de que estava com pressa e não poderia levá-lo e devolvê-lo posteriormente. Assim, nota-se que praticamente a totalidade das pessoas abordadas aceitou participar da pesquisa, denotando – então – não se tratar de uma temática polêmica da qual as pessoas possam ter receio de expor suas concepções ou transcrevê-las de modo tendencioso, o que poderia comprometer os resultados de qualquer pesquisa.

Na primeira parte do questionário, há campos para a inserção de dados pessoais, como forma de caracterizar melhor o perfil dos participantes da pesquisa, dentre os quais a idade, o sexo e a categoria na qual cada um deles se enquadrava perante o contexto pesquisado.

Quanto aos dois grupos de respondentes, foram entregues e recebidos 37 questionários ao público interno – composto por servidores e estagiários da repartição pública. Somente 03 pessoas que trabalham no setor não foram abordadas: 02 por motivo de férias e 01 por licença-maternidade; já em relação ao público externo, foram entregues 81 questionários, sendo recebidos com o devido preenchimento 80 deles, pois um dos abordados se recusou a participar da pesquisa, pelas razões já citadas anteriormente. Dessa forma, resultou-se que 32% dos questionados advieram do público interno e 68%, do público externo (Gráfico 1).

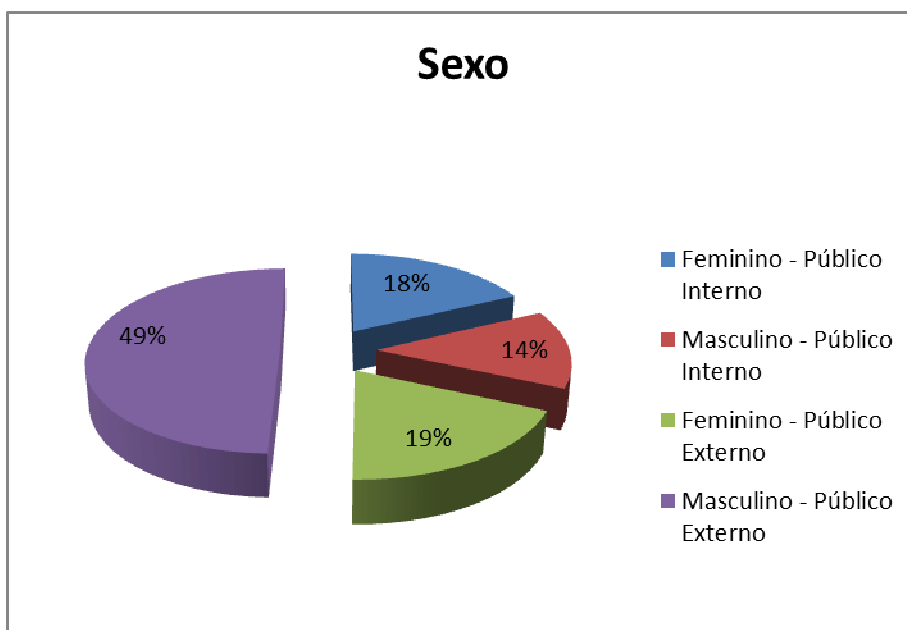
Gráfico 1: Classificação dos respondentes em público interno e público externo. Brasília, 2011.



Fonte: dados coletados pelo autor.

No tocante ao sexo dos respondentes, tem-se que 43 foram do sexo feminino, bem como os outros 74 foram do sexo masculino. E, de acordo com o Gráfico 2, notou-se que houve um predomínio do sexo masculino perante o público externo e uma pequena maioria do sexo feminino no público interno.

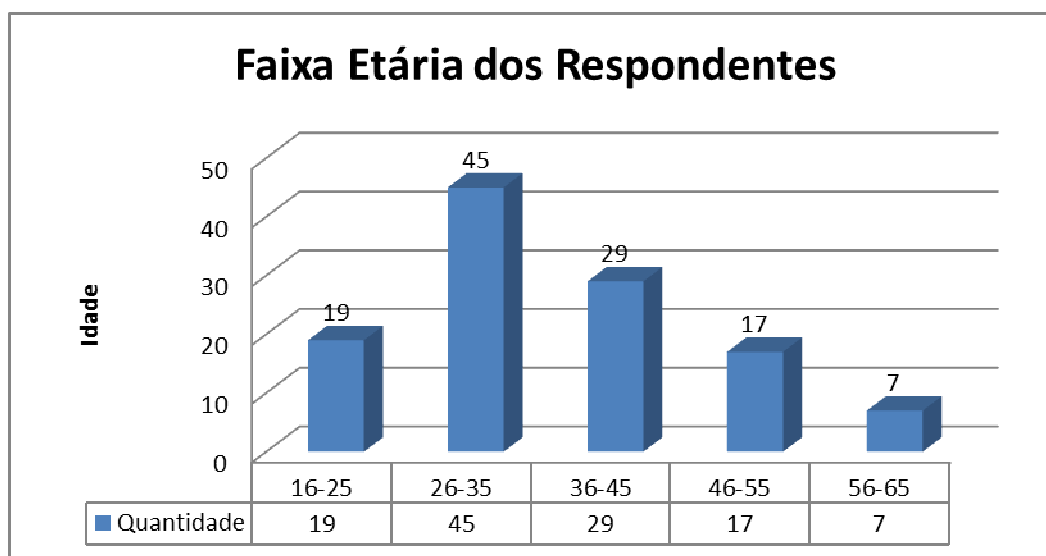
Gráfico 2: Divisão dos sexos pelos públicos interno e externo. Brasília, 2011.



Fonte: dados coletados pelo autor.

Continuando a caracterização daqueles que participaram da pesquisa, para então serem analisadas e discutidas as suas respostas, observou-se que a faixa etária predominante foi aquela constituída por pessoas entre 26 e 35 anos, com 38% do total, seguidos pela faixa etária de 36 a 45 anos – com 25% – e aquela de 16 a 25 anos – com 16%. Por fim, têm-se as demais faixas com valores não tão expressivos em percentuais, conforme se depreende do Gráfico 3.

Gráfico 3: Distribuição dos respondentes por faixa etária. Brasília, 2011.

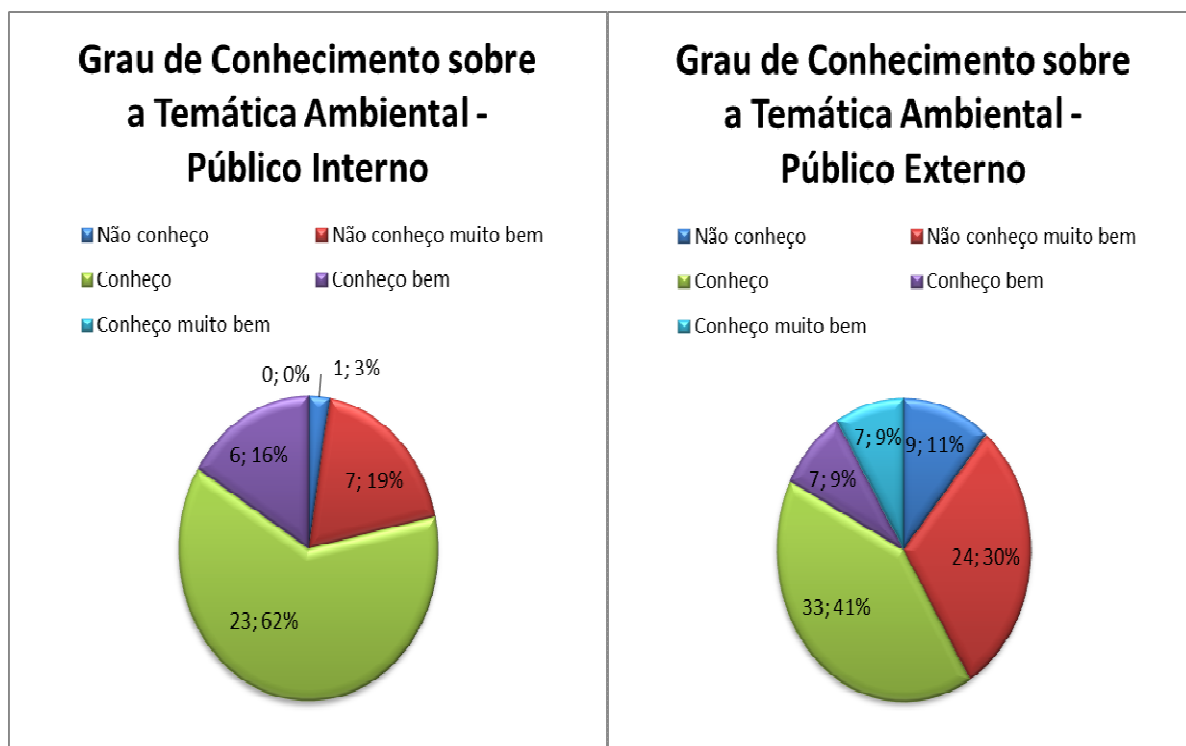


Fonte: dados coletados pelo autor.

Na segunda parte do questionário, composta por questões objetivas e uma possibilidade de manifestação subjetiva do respondente, houve a abordagem da temática ambiental e a ligação dela perante os programas, os projetos e as ações do TJDF, para captar o que cada respondente entendia a respeito do que estava sendo apresentado.

A pergunta nº 6 do questionário solicitou ao respondente que classificasse o seu grau de conhecimento acerca dos temas “gestão ambiental e desenvolvimento sustentável”, para que se tivesse uma percepção adequada do quanto cada um dominava o assunto. E os resultados foram os seguintes, apresentados no Gráfico 4, com a tabulação de respostas dos dois grupos:

Gráfico 4: Ordenamento do grau de conhecimento sobre a temática ambiental pelos respondentes em perspectiva comparada. Brasília, 2011.



Fonte: dados coletados pelo autor.

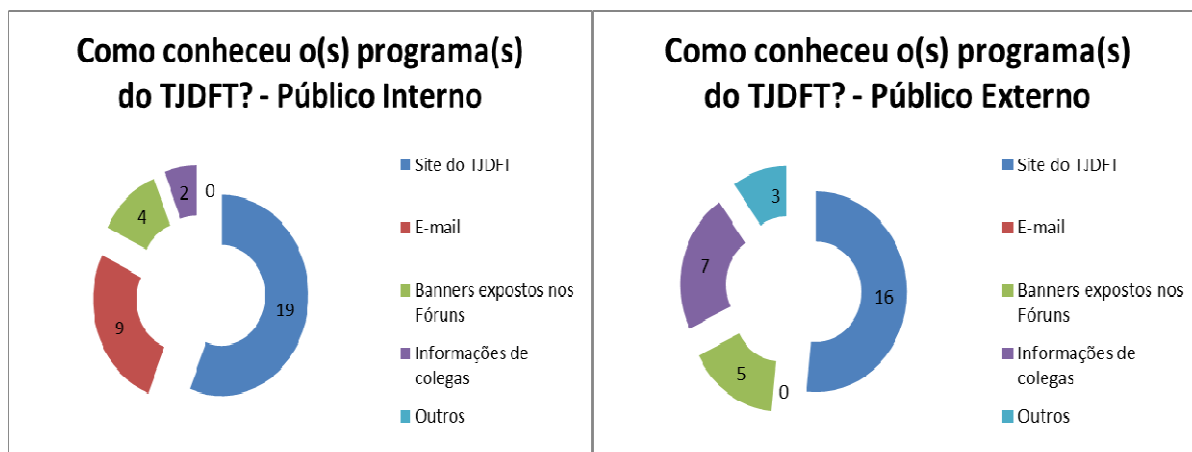
Os dados mostram que o público interno afirmou ter um conhecimento significativo do que gestão ambiental e desenvolvimento sustentável representam dentro de uma organização, pois 78% (29 dentre os 37 respondentes) defenderam que “conhecem” ou “conhecem bem” esse assunto, porém ninguém ratificou que “conhece muito bem” o que se estava discutindo. Além disso, somente 01 pessoa, representando 3% do público interno, informou que não conhece absolutamente nada sobre esse objeto de estudo.

Já o público externo denotou estar menos polarizado quanto a esses conhecimentos, justamente porque 41% deles (33 dos 80 participantes) demonstrou que “não conhecem” ou “não conhecem muito bem” essa temática ambiental. Da mesma forma, outros 41% noticiaram que simplesmente “conhecem” o assunto e os 18% restantes, que “conhecem bem” ou “conhecem muito bem” a matéria. Assim, é possível inferir que esse tema não está tão bem divulgado nem discutido pelo público externo, pelo alto índice de pessoas que desconhecem do que é abordado pelo desenvolvimento sustentável e pela gestão ambiental dos recursos.

Os questionamentos n^{os} 7 e 8 indagaram aos respondentes se e como haviam tomado conhecimento de “algum programa ou projeto aplicado pelo TJDFDT no âmbito de responsabilidade socioambiental, como o Programa Viver Direito e/ou o Projeto de Sustentabilidade Ambiental do TJDFDT”. O objetivo desses questionamentos foi verificar se o tribunal está trabalhando a divulgação de suas ações e quais das suas ferramentas têm sido mais eficazes com os públicos interno e externo do Serviço de Distribuição de Brasília.

Para tanto, apresenta-se o Gráfico 5, a fim de trabalhar as análises de forma comparativa:

Gráfico 5: Formas de divulgação e percepção do(s) programa(s) do TJDFDT pelos respondentes. Brasília, 2011.



Fonte: dados coletados pelo autor.

Dos 37 representantes do público interno, 34 responderam que têm ciência de pelo menos algum programa desenvolvido pelo TJDFDT nesse âmbito socioambiental, demonstrando que mais de 90% deles foram alcançados pelas ferramentas de divulgação do tribunal. E, dentre elas, as que mais se destacaram no alcance do público interno foram o sítio do TJDFDT, com 19 respostas e 55% do total, e o e-mail, com 9 respostas e 26% de marcação pelos respondentes. Esses dados demonstram que o órgão tem conseguido facilmente captar seu público interno por meio de ferramentas com baixo custo de implementação e divulgação, pois são basicamente eletrônicas.

No que diz respeito ao público externo, tem-se que somente 31 dos 80 participantes tomaram conhecimento das ações promovidas pelo TJDFDT no aspecto

socioambiental, o que representa menos de 40% do total da amostra. Destes que sabem algo sobre os programas e projetos, foi possível averiguar que o sítio do tribunal, a troca de informações entre colegas e a exposição de *banners* pelos fóruns são aqueles que promoveram o maior alcance desse público-alvo, com mais de 90% das respostas. Infere-se, então, que o tribunal deve procurar alternativas para melhorar a divulgação de suas ações e permitir também uma maior conscientização por parte de seus advogados, jurisdicionados e os demais que militam nos fóruns diariamente.

Um dado interessante é que ninguém do público externo informou ter tido conhecimento sobre as ações do tribunal via e-mail, denotando – então – a possibilidade de criação de um banco de dados para envio de informativos que permitam uma melhor divulgação daquilo que o TJDFR promove diuturnamente.

A indagação nº 9 solicitou aos respondentes que indicassem o “grau de importância” que eles acreditavam possuir cada uma das ações implementadas pelo TJDFR, numa escala de 1 a 5, em que quanto maior a importância de determinada ação, maior deveria ser o valor atribuído a ela e, de forma inversa, quanto menor a importância de um quesito mais baixo deveria ser o valor atribuído a ele.

As ações elencadas para serem mensuradas pelos pesquisados foram escolhidas com base nos documentos divulgados pelo TJDFR e na vinculação de cada uma delas com a temática socioambiental. E, para ilustrar a tabulação dessas respostas, são apresentadas a seguir as Tabelas 1 e 2 referentes aos dois públicos-alvos da pesquisa, com as frequências absolutas, média, moda e mediana de cada uma delas.

Tabela 1 – Percepção das ações socioambientais do TJDFT pelo público interno. Brasília, 2011.

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DO TJDFT	1	2	3	4	5	Média	Moda ⁸	Mediana ⁹
Apoio aos catadores de lixo	1	0	4	10	22	4,4	5	5
Restrição ao uso do papel branco	1	1	5	14	16	4,2	5	4
Coleta de pilhas e baterias	1	1	0	3	32	4,7	5	5
Doação de canecas ecológicas	0	4	4	11	18	4,2	5	4
Coleta seletiva de lixo	0	0	1	6	30	4,8	5	5
Construção do Fórum Verde	2	0	8	8	19	4,1	5	5
Virtualização do processo judicial	0	1	0	11	25	4,6	5	5
Criação do posto de gasolina ecológico	1	2	4	9	21	4,3	5	5
Instalação de interruptores elétricos individuais e com desligamento programado	1	0	5	4	27	4,6	5	5

Fonte: dados coletados pelo autor.

Tabela 2 – Percepção das ações socioambientais do TJDFT pelo público externo. Brasília, 2011.

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DO TJDFT	1	2	3	4	5	Média	Moda	Mediana
Apoio aos catadores de lixo	1	0	8	20	51	4,5	5	5
Restrição ao uso do papel branco	2	3	10	27	38	4,2	5	4
Coleta de pilhas e baterias	1	2	5	15	57	4,6	5	5
Doação de canecas ecológicas	4	9	18	23	26	3,7	5	4
Coleta seletiva de lixo	0	0	2	14	64	4,8	5	5
Construção do Fórum Verde	0	3	8	26	43	4,4	5	5
Virtualização do processo judicial	0	1	2	17	60	4,7	5	5
Criação do posto de gasolina ecológico	1	2	10	14	53	4,5	5	5
Instalação de interruptores elétricos individuais e com desligamento programado	0	0	7	22	51	4,5	5	5

Fonte: dados coletados pelo autor

⁸ Moda é uma medida de posição estatística definida por Bussab e Morettin (2002, p. 35) como “a realização mais frequente do conjunto de valores observados”.

⁹ Mediana é uma medida de posição estatística definida também por Bussab e Morettin (2002, p. 35) como “a realização que ocupa a posição central da série de observações, quando estão ordenadas em ordem crescente”.⁴

A ação que inseriu os catadores de lixo no contexto de reaproveitamento dos resíduos recicláveis do TJDF¹⁰ foi muito bem conceituada tanto pelo público interno quanto pelo público externo, já que mais de 88% dos respondentes conceituaram-na como “Importante” ou “Muito importante” no que se refere à responsabilidade ambiental.

Já a ação que restringiu o uso do papel branco não teve um grau de aprovação tão expressivo quanto àquela dos catadores de lixo, já que – apesar da maioria dos participantes terem marcado os dois maiores graus de importância dessa ação – quase 19% dos dois públicos-alvos acharam a medida “indiferente” ou demonstraram não haver importância em sua execução. Tal percepção do público interno coaduna com os empecilhos encontrados pelo TJDF¹⁰ quando houve a substituição do papel branco pelo reciclado e não se atingiu a totalidade de troca justamente porque alguns setores se recusaram a utilizar o novo tipo ambientalmente responsável.

Infere-se também que, tanto na coleta seletiva de lixo quanto na de pilhas e baterias realizadas pelo TJDF¹⁰, ambos os públicos demonstraram bastante apoio às ações, justamente porque nos dois públicos essas ações alcançaram as maiores médias aritméticas dentre todas as relacionadas. Em uma escala de 1 a 5, o público interno atingiu médias de 4,7 e 4,8 para as atividades de “coleta seletiva de lixo” e “coleta de pilhas e baterias”, respectivamente; já em relação ao público externo, verificaram-se médias de 4,6 e 4,8 para as mesmas ações, também sendo as mais altas atingidas dentre o grupo de medidas adotadas pelo tribunal.

A intenção de se doar canecas de plástico em substituição ao uso de copos descartáveis foi a ação menos bem conceituada dentre os participantes, tanto no âmbito interno quanto no externo. Os dados demonstraram as piores médias alcançadas, com 4,2 e 3,7 nos públicos interno e externo, respectivamente. Infere-se que para o público interno essa medida não atingiu tão bem o objetivo pretendido justamente porque não há – como mencionado anteriormente – em todas as repartições locais adequados para serem higienizadas as canecas, o que dificulta a sua utilização e piora a percepção de sua utilidade para os usuários. Em relação ao público externo, os dados demonstram que essa ação é a menos palpável para eles, justamente porque aqueles que militam diariamente nos fóruns têm dificuldade em

¹⁰ O Projeto de Reaproveitamento de Resíduos Recicláveis do TJDF¹⁰ foi apresentado e discutido no item 4.1.4 do presente trabalho.

notar se estão sendo alcançados os resultados pretendidos com uma prática ambiental séria, além do fato de que não houve campanha de doações de canecas ecológicas para advogados, jurisdicionados e demais interessados em transitar pelos fóruns.

A construção do Fórum Verde teve o terceiro pior levantamento perante o público interno, alcançando uma média aritmética de 4,1, inclusive com 10 participantes (que representam 27% em um universo de 37 respondentes) demonstrando-se indiferentes ou defendendo que não há importância alguma nessa diligência. Entretanto, essa visão foi combatida pelo público externo, já que se alcançou uma média de 4,4, maior que aquela do público interno, e somente 11 pessoas em uma amostra de 80 respondentes se mostraram indiferentes ou pouca importância nessa ação, o que representa pouco mais de 13% de reprovação.

A virtualização do processo judicial foi muito bem conceituada por ambos os públicos, atingindo médias iguais a 4,6 e 4,7 pelo interno e externo, respectivamente. Notou-se ainda que um dos respondentes do público externo defendeu, mediante resposta ao questionamento 11, que “a virtualização dos processos e a coleta seletiva de lixo são programas a serem implementados com urgência e o meio ambiente agradece”. Os dados ainda demonstraram que somente uma pessoa do público interno e três do público externo marcaram entre os graus 1 e 3, o que demonstra altíssimo índice de aprovação da medida. Entretanto, um dos comentários elencados por um dos participantes, também do público externo, foi o seguinte:

[...] é preciso sopesar a questão que envolve a ‘virtualização do processo judicial’, em face a sua efetiva contribuição, sem comprometimento da função jurisdicional. O STJ já enfrenta problemas que precisam ser considerados no tema e sua dinâmica de implemento.

Apesar de o participante não ter informado que problemas enfrentados seriam esses, tal opinião permite a inferência de que esse tema ainda é controverso, apesar da aprovação em massa por parte dos pesquisados.

A criação do posto de combustível ecológico foi uma medida bem cotada pelos participantes, pois também alcançou médias altas, com 4,3 no público interno e 4,5 no público externo, além do fato de que somente sete participantes do público

interno e treze do externo terem marcado um grau de importância igual a 3 ou inferior.

Quanto à última ação elencada, que foi a "instalação de interruptores elétricos individuais e com desligamento programado", 16% do público interno se mostraram indiferentes ou que essa medida não possui importância alguma; já o público externo obteve um percentual bem inferior de indiferença ou reprovação, o qual foi de apenas 9%. Porém, em média, ambos os públicos cotaram muito bem essa ação, com 4,6 pelo público interno e 4,5 pelo público externo.

Foi possível observar, de plano, que todas as ações elencadas que foram promovidas pelo TJDFT obtiveram moda igual a 5, ou seja, o nível da escala mais assinalado em frequências absolutas tanto pelo público interno quanto externo foi máximo, o que permite inferir que há uma tendência de aprovação dessas medidas pelos participantes.

Em relação à média aritmética dos valores observados, nota-se que todas as ações alcançaram uma média superior ao grau 4 (importante), exceto a ação de "Doação de canecas ecológicas" na percepção do público externo, que atingiu o valor de 3,7, mas ainda assim próxima dos demais atingidos.

Por fim, somente duas atividades promovidas pelo tribunal não obtiveram a mediana igual a 5 em ambos os públicos – que foram a "Restrição ao uso do papel branco" e a "Doação de canecas ecológicas". Contudo, essas duas supracitadas ações atingiram medianas iguais a 4, o que denota também que os pesquisados tendem a ser parcialmente favoráveis a essas medidas. Portanto, no mínimo, mais da metade dos pesquisados em ambos os públicos considerou todas as ações como "importante" ou "muito importante" no tocante ao contexto da gestão ambiental e desenvolvimento sustentável.

A questão nº 10 do questionário, que foi baseada nos trabalhos de North (1997 apud Castro, 2009), solicitava aos respondentes que elencassem quais os benefícios que o TJDFT vinha alcançando com as suas ações socioambientais, podendo-se marcar quantas alternativas fossem desejadas. Nesse tocante, observou-se que dos 117 questionários respondidos, dois deles (ambos do público externo) não preencheram quaisquer das alternativas do referido questionamento, e os demais o fizeram de acordo com a conveniência oportuna.

Mediante esse contexto, optou-se por trabalhar os dados por meio de frequência absoluta das respostas e o percentual que a frequência delas representa

perante o número de respondentes de cada grupo. Para tanto, foi elaborada a Tabela 3 que compara os resultados apresentados pelos dois públicos.

Tabela 3 – Percepção dos benefícios a serem alcançados pelo TJDFT. Brasília, 2011.

BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS PELO TJDFT	PÚBLICO INTERNO		PÚBLICO EXTERNO	
	Frequência	%	Frequência	%
Melhor adequação aos padrões ambientais	27	73%	41	51%
Melhoria da imagem institucional	21	57%	35	44%
Aumento da produtividade	4	11%	24	30%
Melhor relacionamento com órgãos públicos, sociedade e grupos ambientalistas	10	27%	19	24%
Economia de custos	26	70%	44	55%
Maior comprometimento por parte da força de trabalho	12	32%	30	38%
Outros:	1	3%	2	3%

Fonte: dados coletados pelo autor.

Observou-se que os 37 participantes do público interno marcaram 101 quesitos, enquanto que os 80 participantes do público externo realizaram 195 marcações, valor que equivale a praticamente o dobro do realizado pelo primeiro grupamento, o qual se justifica também pela quantidade de respondentes, que praticamente dobrou também – 116% de acréscimo. Dessa forma, em valores brutos, não se pode afirmar que um dos dois grupos acredite que o TJDFT tenha obtido um número maior de benefícios que o outro, tendo em vista a proporcionalidade no número de respostas marcadas dentre os benefícios listados.

Dessa forma, nota-se que pelo menos 70% do público interno e 50% do público externo acreditam que o TJDFT tente angariar com ações socioambientais benefícios como “economia de custos” e “melhor adequação aos padrões ambientais”. Tais resultados se justificam com a percepção de respondentes que afirmaram que deve ser realizada a “implementação de políticas públicas que, acima de tudo, estimulem o consumo consciente e a contenção de custos, sob pena de impactos e perdas diversas das gerações futuras” e que se deve “continuar enfatizando a importância na economia dos recursos ambientais, [...] e destinar locais para o recolhimento de materiais recicláveis, como papel e pilhas [...]”.

Essa linha de raciocínio é reforçada por Moura (2008) que aduz que a melhoria do desempenho ambiental de uma entidade promove a eliminação de desperdício, o uso mais racional de recursos naturais como água, energia, combustíveis, matérias-primas e diminuição da produção de resíduos e poluição, que são – na realidade – perdas de material e energia.

É notório também que mais da metade dos servidores e estagiários do Serviço de Distribuição e 44% do público externo acreditam que a promoção dessas ações pelo TJDFT tenha como finalidade a “melhoria da imagem institucional” do órgão, o que coaduna com a reflexão de um respondente, o qual afirmou que – dentre os benefícios possíveis – acredita que o tribunal queira “dar exemplo aos demais órgãos públicos”. Moura (2008, p. 60-61) também coaduna com esses resultados, na medida em que expõe que

Sem dúvida, um bom desempenho ambiental auxilia no reforço da reputação e de reconhecimento da marca e, ao contrário, problemas e acidentes ambientais irão colaborar negativamente para o conceito de uma empresa junto à sociedade. Em relação ao cumprimento de leis e regulamentos, item essencial, observa-se a necessidade de uma atuação pró-ativa, em antecipação a regulamentações mais restritivas. As falhas em questões éticas, como a degradação ambiental causada pela empresa, podem reduzir o seu valor e prejudicar a sua reputação.

Apesar do TJDFT não se tratar de uma empresa, mas sim de um órgão da administração direta federal, vinculado ao Poder Judiciário da União, tem-se que os argumentos utilizados pelo supracitado autor coadunam com os resultados encontrados na percepção dos públicos nesse quesito também.

Além disso, as medidas percentuais da Tabela 3 anunciam que poucos do público interno (apenas 11%) defenderam que a implementação de ações socioambientais possa promover o “aumento da produtividade” dos agentes públicos, provavelmente por não terem encontrado relação direta entre essas duas variáveis. Tal percepção não coaduna com o defendido por Moura (2008, p. 62), que acredita que há sim uma melhoria no desempenho da entidade, “com aumento da produtividade, como resultado da tomada de ações preventivas de gestão socioambiental”, aproximando-se um pouco mais da linha percebida pelo público externo, em que 30% dos respondentes afirmam ter relação entre aumento da produtividade e programas socioambientais.

Nesse conjunto de dados, e com os percentuais alcançados em ambos os públicos – principalmente quanto aos quesitos “melhor adequação aos padrões ambientais”, “economia de custos” e “melhor relacionamento com órgãos públicos, sociedade e grupos ambientalistas” –, pode-se inferir que, para eles, o TJDFT tem demonstrado uma preocupação com sua responsabilidade social, no aspecto ambiental, quando respeita as pessoas, as comunidades, o meio ambiente e, sobretudo, o respeito à legislação ambiental e a construção de uma sociedade melhor” (MASIERO, 2007).

Tem-se também que, em relação aos benefícios de “melhor relacionamento com órgãos públicos, sociedade e grupos ambientalistas” e “maior comprometimento por parte da força de trabalho”, ambos os públicos alcançaram percentuais bem próximos, na proporção de um para quatro e um para três respondentes, respectivamente. Denota-se dos dados, então, que esses benefícios não são tão visíveis assim para a maioria daqueles que trabalham ou militam diariamente pelos fóruns.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As temáticas que envolvem gestão ambiental, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade estão cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade como um todo e também nos ambientes corporativos, tanto públicos quanto privados. E foi justamente com o objetivo de verificar a percepção que os públicos interno e externo relacionados a um setor de um órgão do Poder Judiciário da União tinham a respeito das políticas ambientais desenvolvidas pelo TJDFT que esse trabalho foi desenvolvido.

Notou-se que o tribunal em questão já apresenta diversos projetos em andamento na área e alguns já concluídos com sucesso, o que representa um grande avanço em relação a outros órgãos públicos, demonstrando inclusive responsabilidade social corporativa e um planejamento estratégico social, ambos englobando a temática ambiental como foco.

Contudo, não foi verificada a presença de um sistema de gestão ambiental propriamente dito, já que o TJDFT ainda tem trabalhado de forma reativa, ou seja, implementando mudanças basicamente quando há o advento de normas que o obrigam a realizá-las. Além disso, no setor estudado, o Serviço de Distribuição e Redistribuição de Brasília, notou-se que o público interno apoia praticamente todas as ações socioambientais desenvolvidas, mas não tem um conhecimento aprofundado sobre a temática e nem sobre as ações propriamente ditas, permitindo-se afirmar que não há uma cultura organizacional que envolva com ênfase os seus agentes nesse assunto¹¹.

Foi notório também que o Planejamento Estratégico de 2010-2016 prevê a continuidade das ações ambientais, o que significa um ganho enorme tanto para a sociedade quanto para os demais *stakeholders*, já que o TJDFT começa a planejar de forma mais estruturada as suas atividades, inclusive com o estabelecimento de indicadores para controlar o desenvolvimento dos trabalhos. E é exatamente com o estabelecimento do PROAMB – Projeto de Sustentabilidade Ambiental do TJDFT –

¹¹ Recomenda-se que o TJDFT invista mais em ações de *marketing*, principalmente em atividades eletrônicas, que possam propiciar a ampliação da discussão da temática, como forma de inserir seus agentes administrativos e usuários das repartições públicas de forma mais efetiva nessa mobilização ambiental.

que se pretende aprimorar uma cultura ambiental na entidade e possivelmente desenvolver um Sistema de Gerenciamento Ambiental de qualidade.

No tocante às percepções dos públicos interno e externo do Serviço de Distribuição, tem-se destaque que – com poucas exceções – por mais que as pessoas não dominem o assunto, incentivam práticas ambientais, pois acreditam que serão usufrutuárias das possíveis consequências benéficas. Destaca-se que foram inúmeras as observações de apoio ao trabalho desenvolvido, por meio do espaço reservado às considerações ao final do questionário, em que os participantes defenderam que ações desse tipo devem ser mais divulgadas e cada vez mais aprofundadas.

Quanto aos benefícios alcançados pela entidade com a implementação de práticas sustentáveis, notou-se que tanto a literatura observada quanto os participantes da pesquisa concordaram em quase todos os pontos, defendendo que há a construção de uma imagem organizacional mais forte perante a sociedade e o fato de poder servir como parâmetro para os demais órgãos da administração direta.

Há consenso também quanto aos participantes e à literatura encontrada que as práticas sustentáveis podem coadunar com a redução de custos organizacionais. Porém, há uma limitação nessa constatação por parte da pesquisa, já que não foram encontrados dados financeiros que possam afirmar que houve benefícios econômicos em todas as ações desenvolvidas.

Por outro lado, tem-se que o trabalho realizado mediante pesquisa documental, bibliográfica e a aplicação de um questionário em dois públicos-alvo tem uma limitação clara, já que foram aplicados somente 117 questionários, sendo 37 advindos do público interno e o restante, do externo. O contingente de servidores e demais agentes públicos ultrapassa 5.000 pessoas e não se sabe ao certo quantas pessoas frequentam os fóruns do Distrito Federal, percebendo-se – então – que seria bem problemático se quisesse realizar um estudo com o parâmetro população (tanto de agentes públicos quanto dos usuários da justiça do DF).

Propõe-se, como estudos futuros, uma análise de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável desenvolvida por outros órgãos da administração pública, como meio de se trabalhar de forma comparativa as atividades praticadas e o porquê de cada uma delas ter sido desenvolvida, permitindo – assim – a identificação dos benefícios alcançados e o desenvolvimento de parâmetros que

devam ser seguidos pelas organizações que planejem ingressar nesse âmbito sócio-responsável.

Sugere-se também que se acompanhe a evolução da percepção dos atores envolvidos na implementação de uma gestão ambiental (ou até mesmo de um Sistema de Gerenciamento Ambiental), como meio de se identificar mais profundamente as mutações que envolvem o amadurecimento do grau de compreensão e entendimento sobre a temática ambiental.

REFERÊNCIAS

BABIERI, José Carlos. O local e o global na implementação do desenvolvimento sustentável. In: CABRAL, Antonio; COELHO, Leonardo (Org.). **Mundo em transformação**: caminhos para o desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05 maio 2010.

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística básica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CASTRO, Adriano Torres Ribeiro de. **O impacto da gestão ambiental na administração de empresas sob a ótica dos atores envolvidos**: um estudo de caso no setor de shopping centers. Brasília: UnB, 2009. Disponível em: <<http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/746>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 70/2009**. Dispõe sobre o planejamento e a gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/gestao-e-planejamento-do-judiciario/resolucao-n-70>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

GUEVARA, Arnoldo José de Hoyos et al. (Org.). **Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações**: reflexões sobre um dos maiores desafios da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 228 p.

KOONTZ, Harold; O'DONNELL, Cyril. **Planejamento** In: _____. Fundamentos da Administração. São Paulo: Livraria Pioneira, p. 67-151, 1974.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**: edição compacta. Tradução Allan Vidigal Hastings. 3. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 315 p.

MARTONI, Rodrigo Meira. Turismo e capitalismo: impossibilidades estruturais e análises superficiais do ecoturismo. In: GT 02 "Abordagem histórico-crítica do turismo" do IV SeminTUR – SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2006, Caxias do Sul.

MASIERO, Gilmar. **Administração de empresas**: teoria e funções com exercícios e casos. São Paulo: Saraiva, 2007. 531 p.

MESQUITA, Westerlei Sousa. Crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável no turismo. **Caderno virtual de turismo**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 81-89, 2006.

MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. **Qualidade e gestão ambiental**: sustentabilidade e implantação da ISSO 14.001. 5º ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2008.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico**: conceitos, metodologia e práticas: 25º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de. Escalas de mensuração de atitudes: Thurstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert. **Revista Administração On Line**. São Paulo, v. 2, n. 2, abr., maio/jun. 2001.

RIBEIRO, Natália do Prado Leite. **Gestão ambiental na Souza Cruz**: estudo de programas ambientais e seus resultados. Brasília: UnB, 2010. Disponível em: <<http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/1217>>. Acesso em: 06 fev. 2011.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SILVA, Amadeus Kari da. **A importância da gestão ambiental na perspectiva de alunos de administração**. Brasília: UnB, 2009. Disponível em: <<http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/760>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. Brasília. Disponível em: <http://www.tjdft.jus.br/trib/imp/imp_not.asp?codigo=15404>. Acesso em: 18 fev. 2011.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Campanha de divulgação do programa de responsabilidade socioambiental do TJDF viver direito**. [Brasília]. [entre 2008 e 2010]. Não paginado.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Plano de gestão do biênio 2008-2010**. [Brasília]. [2008?]. 34 p.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Programa viver direito: agenda socioambiental**. [Brasília]. [2008]. 27 p.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Relatório de atividades e resultados do biênio 2008-2010**. [Brasília]. [2010]. 125 p.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. Secretaria de Recursos Materiais. **Termo de encerramento do projeto de redução do impacto ambiental causado pela utilização de bens de consumo**. [Brasília]. 2010. Não paginado.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **TJDFT: história e trajetória**. [Brasília]: [2006?]. 167 p.

VARELA, Carmen Augusta. Instrumentos de políticas ambientais, casos de aplicação e seus impactos para as empresas e a sociedade. **Revista Ciência Administrativa**, Fortaleza, v. 14, n. 2 , p. 251-262, dez. 2008.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia da pesquisa**. Apostila elaborada para o curso de administração na modalidade a distância. Brasília: UnB, 2006.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemenés; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 288 p. (Coleção sociedade e meio ambiente).

ANEXO

Questionário

Este questionário é da pesquisa realizada pelo estudante **Daniel da Silva Trombini** na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Administração na Universidade de Brasília. O objetivo da pesquisa é identificar a percepção dos servidores da Distribuição da Circunscrição de Brasília e dos jurisdicionados por ela atendidos sobre as políticas em gestão ambiental e desenvolvimento sustentável aplicadas pelo TJDFT. Por favor, leia com atenção as questões.

A presente ferramenta de coleta de dados está dividida em três partes:

- I. A primeira se refere aos dados pessoais do respondente;
- II. A segunda investigará a percepção do respondente sobre as ações tomadas pelo TJDFT nos aspectos ambientais e de desenvolvimento sustentável;
- III. A terceira e última parte consiste em um espaço livre para registro e comentários do respondente.

Desde já, gostaria de esclarecer que será preservado o sigilo dos que optarem por participar da pesquisa. Peço que em nenhum momento se identifique colocando o seu nome em qualquer parte deste questionário. Lembro que o preenchimento deste não é obrigatório. Marque abaixo a alternativa correspondente à sua escolha.

- Eu aceito participar da pesquisa mediante o preenchimento deste questionário.
- Eu não aceito participar da pesquisa mediante o preenchimento deste questionário.

Atenciosamente,

Daniel da Silva Trombini

PARTE I**DADOS PESSOAIS**

1. Idade: ____ (em anos completos até o fim de 2011)
2. Sexo: Feminino Masculino
3. Naturalidade: _____/____ (cidade e estado em que nasceu)
4. Estado Civil: _____
5. Categoria:
 - Servidores e Estagiários do Cartório de Distribuição do TJDFT
 - Advogados e Jurisdicionados (Usuários da Justiça atendidos pela Distribuição)
 - Outros: _____

PARTE II**PROGRAMAS E PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO TJDFT**

6. Como você classificaria o seu conhecimento acerca dos temas gestão ambiental e desenvolvimento sustentável?

<input type="checkbox"/> Não conheço	<input type="checkbox"/> Não conheço muito bem
<input type="checkbox"/> Conheço	<input type="checkbox"/> Conheço bem
<input type="checkbox"/> Conheço muito bem	

7. Você já ouviu falar de algum programa ou projeto aplicado pelo TJDFT no âmbito de responsabilidade socioambiental, como o Programa Viver Direito e/ou o Projeto de Sustentabilidade Ambiental do TJDFT (PROAMB)?
 - Sim Não (Pule para a questão 9)

8. Se sim, como conheceu algum desses programas?

<input type="checkbox"/> Site do TJDFT	<input type="checkbox"/> E-mail
<input type="checkbox"/> Banners expostos nos Fóruns	<input type="checkbox"/> Informações de colegas
<input type="checkbox"/> Outros: _____	

9. Selecione o grau de importância que você dá a cada uma das ações implementadas pelo TJDFT, numa escala que varia de 1 a 5, sendo:

1 – Sem importância

2 – Pouco importante;

3 – Indiferente;

4 – Importante;

5 – Muito importante;

* **Não existem respostas certas ou erradas.** Por favor, não deixe questões sem responder.

AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO TJDFT	1	2	3	4	5
Apoio aos catadores de lixo					
Restrição ao uso do papel branco					
Coleta de pilhas e baterias					
Doação de canecas ecológicas					
Coleta seletiva de lixo					
Construção do Fórum Verde					
Virtualização do processo judicial					
Criação do posto de gasolina ecológico, que permite o reaproveitamento de água para lavar a frota de veículos do TJDFT					
Instalação de interruptores elétricos individuais e desligamento elétrico e programado dos sistemas elétrico e de refrigeração do TJDFT					

10. Dos benefícios listados abaixo, qual(is) você considera que o TJDFE vem alcançando com suas ações socioambientais? Marque quantas alternativas desejar.

1	Melhor adequação aos padrões ambientais	
2	Melhoria da imagem institucional	
3	Aumento da produtividade	
4	Melhor relacionamento com órgãos públicos, sociedade e grupos ambientalistas	
5	Economia de custos	
6	Maior comprometimento por parte da força de trabalho e melhor relacionamento com os agentes envolvidos	
7	Outro(s): _____ _____	

PARTE III

11. Se houver alguma consideração que deseja expressar sobre o assunto, faça no espaço abaixo:
